



Universidades Lusíada

Serro, Luís Manuel Lourenço, 1953-

Arquitectura no período gótico em Portugal : influência mendicante e da Ordem de Cister

<http://hdl.handle.net/11067/418>

Metadados

Data de Publicação	2010
Resumo	Procuramos neste artigo, de uma forma geral, realizar um estudo sobre o fenómeno do gótico em Portugal. A este propósito iremos ter em conta os três grandes períodos dentro dos quais se desenvolveu este estilo, as tipologias das suas construções e, por fim, a influência das arquitecturas cistercenses e mendicantes. Este estudo baseia-se, não numa descrição exaustiva das construções individualmente, mas antes no seu enquadramento na Idade Média com excepção dos casos paradigmáticos de Alcobaça e ...
Palavras Chave	Arquitectura Gótica - Portugal - Alcobaça, Arquitectura Gótica - Portugal - Batalha
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FAA] RAL, n. 1 (2.º semestre 2010)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-19T19:07:20Z com informação proveniente do Repositório

ARQUITECTURA NO PERÍODO GÓTICO EM PORTUGAL

INFLUÊNCIA MENDICANTE E DA ORDEM DE CISTER

Luís Serro

RESUMO

Procuramos neste artigo, de uma forma geral, realizar um estudo sobre o fenómeno do gótico em Portugal.

A este propósito iremos ter em conta os três grandes períodos dentro dos quais se desenvolveu este estilo, as tipologias das suas construções e, por fim, a influência das arquitecturas cistercenses e mendicantes.

Este estudo baseia-se, não numa descrição exaustiva das construções individualmente, mas antes no seu enquadramento na Idade Média com excepção dos casos paradigmáticos de Alcobaça e da Batalha, uma vez que se trataram de fenómenos estrangeiros.

De uma forma geral, o gótico em Portugal é sóbrio, homogéneo e com uma coerência interna comum a todos os edifícios, o que lhe atribui um carácter único no nosso país.

PALAVRAS-CHAVE

Alcobaça; Arquitectura; Batalha; Belo; Gótico; Mendicante.

ABSTRACT

In this article we seek to approach, in a general manner, a study of the gothic phenomenon in Portugal.

For that matter, we will study the three main periods in which occurred his evolution, the typologies of their constructions and, at last, the foreign influences of the Cistercians and mendicants architectures.

This study will be based, not in an exhaustive description of the buildings in an individual consideration but, focusing in their framing in the Middle Ages with exception over the paradigmatic buildings of Alcobaça and Batalha, as they were a foreign phenomenon.

In a general way, the Portuguese gothic is sober, homogeneous and with an internal coherence within all buildings, which gives him a unique character of this style in Portugal.

KEY-WORDS

Alcobaça; Architecture; Batalha; Beauty; Gothic; Mendicant.

I. As determinantes da arquitectura gótica em Portugal.

1. INTRODUÇÃO

Portugal surgiu como nação quando o gótico começava a despontar em França.

É aceite pelos historiadores que o estilo gótico surgiu entre 1137 e 1144, quando o abade Suger, após o retorno de uma viagem ao Sul de França, levou a efeito a construção do coro da abside e, do deambulatório da Abadia de Saint-Denis.

Simultaneamente, Portugal é reconhecido como reino independente, pelo Papa Inocêncio II, em 1143. A reconquista do nosso país arrastou-se por mais de um século e meio e, o esforço bélico com as suas consequências económicas e sociais, seriam factores determinantes na localização dos edifícios românicos e góticos.

Para compreender o fenómeno do gótico em Portugal, temos pois que o abordar em três aspectos diferentes:

- As épocas de evolução do gótico;
- As influências exteriores do gótico português;
- Finalmente, a tipologia dos edifícios e, a finalidade para que foram construídos.

Quando se conquista uma grande cidade como Porto; Viseu; Coimbra; ou Lisboa, organizava-se de imediato uma diocese, afim de que o cristianismo se constituísse como um baluarte filosófico e comportamental em relação ao Islamismo.

Ora, uma diocese necessita não só de uma catedral como também de uma residência para o seu bispo e, por isso, construíram-se em estilo românico, as respectivas Sés, cuja localização urbana centralizava a acção administrativa do território que elas abrangiam.

Não só o carácter periférico de Portugal, em relação aos movimentos arquitectónicos do centro da Europa, como a tradição construtiva no nosso país, fez com que o estilo românico fosse adoptado, pelo seu carácter defensivo e solidez das suas paredes, que se adequava mais ao objectivo político da reconquista.

O românico implanta-se assim essencialmente na área minhota, transmontana e, da Estremadura.

O gótico surgiria mais tarde, no reinado de D. Sancho II, afirmar-se-ia entre os reinados de D. Dinis e D. Fernando e, conheceria o seu apogeu e declínio entre os reinados de D. João I a D. João II.

2. ÉPOCAS DE EVOLUÇÃO DO ESTILO GÓTICO

Na evolução do estilo gótico, podemos reconhecer três épocas, que embora interligadas, possuem um carácter homogéneo intrínseco. A primeira época refere-se á reconquista cristã; A segunda, á pacificação e povoamento de Portugal, em que se consolida a consciência de nação; finalmente a terceira época, corresponde á nossa expansão.

2.1. A primeira época consiste na reconquista cristã, situa-se na primeira metade da Primeira Dinastia, e predomina o estilo românico nas construções das grandes obras régias das Sés e, nas pequenas capelas, dispersas pelo território.

Nesta época apenas surge como excepção, o mosteiro de Alcobaça, da Ordem de Cister, que só se pode explicar por ser um fenómeno importado e, apesar da sua construção ter sido iniciada em 1178, foi interrompida em 1195 com o retorno Árabe. Só após a sua expulsão definitiva, a construção do convento foi retomada e, influenciaria determinadamente, por via erudita, as construções góticas em Portugal. Pode mesmo afirmar-se que o Mosteiro de Alcobaça e o claustro da Sé Velha de Coimbra¹, marcariam o início do estilo gótico que seria ilustrativo da nossa independência;

2.2. A segunda época corresponde á pacificação e ao povoamento do território, prolonga-se por toda a segunda metade da Primeira Dinastia e, é a época em que o estilo gótico se afirmou, com as suas características, nas ampliações das Sés e pelas construções das ordens mendicantes, civis e religiosas de patrocínio privado, que se implantam nos territórios abandonados pelos Árabes;

2.3. A terceira época corresponde à nossa expansão, decorre na primeira metade da Segunda Dinastia e, é nesta época que o estilo gótico alcança o seu apogeu com a construção da Igreja de Nossa Senhora da Vitória, tem um rápido declínio com as decorações flamejantes dos portais da Igreja de Nossa Senhora da Graça, em Santarém e da Igreja de S. João Baptista, de Tomar e, extingue-se naturalmente para abrir espaço ao aparecimento do estilo manuelino.

3. INFLUÊNCIAS EXTERIORES DO ESTILO GÓTICO PORTUGUÊS

Podemos dizer que o estilo gótico em Portugal, sofreu influências de duas origens. A origem do centro da Europa, através do gótico cistercense e, a origem do Sul da Europa, através dos edifícios mendicantes das Ordens de S. Francisco e S. Domingos.

3.1. A origem na Europa Central.

3.1.1. O Gótico Cistercense.

O gótico das grandes catedrais do séc. XII; XIII e; XIV tinha por objectivo a transcendência da alma, num percurso que começava no nosso interior e que, através da ascese ascendia ao mundo inteligível.

Essa ascensão começava pela abstracção dos sentidos e, para tal, a verticalidade incomensurável, a desmaterialização da pedra que criava um sentimento de volatilidade da matéria, o impulso ascensional em todos os elementos e a tensão dos elementos inacabados, convertia toda a arquitectura a um dinamismo alegórico do movimento da própria vida.

Este fenómeno não se passou na construção cistercense por razões: filosóficas, cronológicas, politico-geográficas e, construtivas.

- A razão filosófica:

A Ordem de Cister, centralizada num dos seus mais emblemáticos representantes: S. Bernardo, foi a grande difusora do misticismo. Este não promove o ser humano como a espiritualidade do Norte. Pelo contrário, esmaga-o. A sua única função é pela ascese unir a alma a Deus e, essa ascese, opera-se através da anulação dos sentidos, não através da sua ilusão, como acontece no gótico das grandes catedrais.

¹ A construção do claustro iniciou-se em 1218, no reinado de D. Afonso II.

Por isso toda a ornamentação é retirada, todo o cromatismo dos vitrais é anulado, qualquer tentativa de ostentação é radicalmente proibida. É a primeira grande diferença entre o gótico e, a arquitectura de Cister.

- As razões cronológicas:

Quanto às razões cronológicas, podemos dizer que os conventos de Cister obedeciam, na sua quase globalidade á matriz das abadias primogénitas de onde eram filiadas.

Ora essas abadias primogénitas: Ferté-sur-Grosne (1113); Pontigny (1114); Claraval (1115); Morimond (1115), foram todas fundadas em pleno românico².

As suas filiais em França, Inglaterra, Sacro-Império e, Península Ibérica, foram todas construídas na primeira fase do gótico, onde havia ainda, fora de Île-de-France, uma grande tradição românica e, para além deste facto deveriam seguir a matriz da sua abadia primogénita, sendo dela uma réplica. Desta forma evitava-se o contacto com a arquitectura local, ficando assim os conventos, geográfica, cultural e socialmente isolados no sitio onde se implantavam³.

- As razões políticas e geográficas:

Politicamente o gótico é um estilo que se origina no movimento comunal, é usado para restaurar o poder real, como alternativa ao feudalismo e, materializa-se em edifícios citadinos.

O românico, pelo contrário, é o “estilo do Império”, suportado pelo sistema feudal das ordens de S. Bento e Cluny, que são ilustrativas desse mesmo feudalismo, com os seus conventos situados em terras doadas pela Alta Nobreza.

Cister foi diferente. Seguiu a opção feudal com os seus mosteiros localizados em sítios ermos, manteve-se românico no seu espírito, mas recusou deste a decoração e o sistema construtivo, usando como técnica o arco ogival.

S. Bernardo era um nobre, asceta por certo, mas um nobre feudal e, por isso, os seus edifícios jamais seriam um equipamento urbano deveriam, isso sim, revelar uma sobriedade construtiva e tipológica que os afastava igualmente do românico na sua dimensão pedagógica e, do gótico, na função de transcendência dos sentidos.

- As razões construtivas:

Finalmente, porque a arquitectura cistercense pretende ser uma manifestação material do misticismo espiritual da ordem que o originou, as suas razões construtivas podem assim ser enunciadas:

- A abolição de toda a iconografia, retirando á arquitectura toda a representação teofanica do neo-platonismo;
- A abolição das torres, impedindo desta maneira a desmaterialização da pedra e da representação exterior da ascensão do espírito;
- A abolição dos grandes vãos conferindo assim á construção um aspecto maciço que o gótico pretende superar;
- A abolição do deambulatório, não permitindo a existência de procissões dentro do templo e, anulando assim a unidade espacial conseguida no românico e no gótico. Antes fica remetida á opção da planta paleocristã de características orientais e do Sul da Europa.

² Fontenay (1119) e Frontfroide (1093) são igualmente românicas.

³ O facto dos mosteiros cistercenses serem isolados e, desligados de populações locais que o circundavam, não dispensavam as grandes procissões dos meios urbanos, por isso não tinham deambulatório nem as suas fachadas necessitavam de possuir uma iconografia pedagógica da fé.

3.1.2. Características gerais da arquitectura cistercense.

Na análise das características gerais da arquitectura cistercense, seguiremos os padrões comuns do estudo de um edifício monástico:

- A análise da matriz conventual;
- A análise da planta da igreja;
- A análise dos elementos de composição construtivos e decorativos.

- A análise da matriz conventual:

O templo em forma de cruz latina é sempre dedicado à Virgem Maria, para evitar os perigos dos cultos extravagantes como os da veneração das relíquias de Vézelay.

O convento é dividido em duas grandes áreas: a primeira era destinada aos monges, que usavam a parte superior da nave central, e tinham acesso ao claustro á volta do qual se organizam o scriptorium, a sala dos noviços, o calefatório, o refeitório, o dormitório e, mais dependências. Estes monges de origem nobre que doavam todos os seus bens á ordem, ocupavam-se das orações diárias e das artes liberais.

A segunda parte era dedicada aos monges conversos, situava-se na zona poente do mosteiro, não tinha acesso ao claustro e era constituída pela parte inferior da nave, por um dormitório próprio, também ele isolado, por um refeitório e, outras dependências de uso mais oficial.

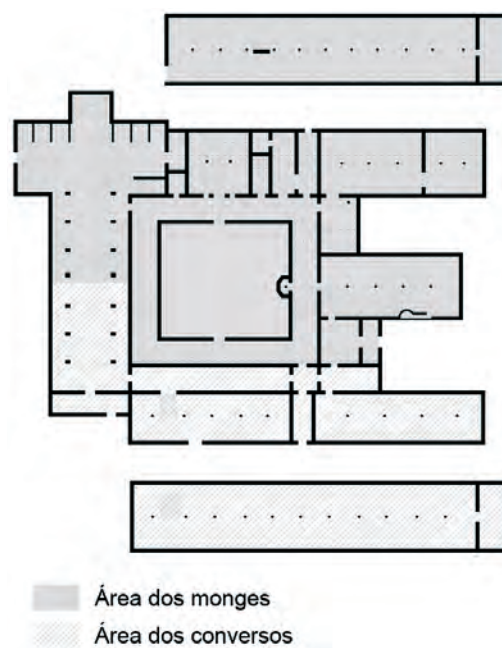


Fig. 1 - Planta ideal de uma abadia cistercense, pode ver-se a diferença entre a zona dos monges, a cinzento escuro e, a zona dos conversos, a cinzento claro.

- A análise da planta da igreja:

Quanto á igreja como edifício, surgem dois tipos de plantas e dois tipos de abóbadas. O primeiro tipo tem as características das igrejas paleocristãs, com três naves rematadas por três, ou cinco, capelas de cabeceira, em que a nave central mais elevada do que as restantes é ladeada pela arcada que suporta a cobertura.

Estas capelas de cabeceira podem ser de planta poligonal, como é o caso de Fontenay, Noirlac e, Silvacane, ou podem ter uma configuração absidal como é o caso de Frontfroide, Le Thornet e, Sénanque. Todas estas igrejas têm abóbadas de canhão, compostas por duas superfícies cilíndricas

que se interceptam sobre o eixo central da nave e, possuem arcos torais que se prolongam nos colunelos dos pilares, interrompidos na sua altura por misulas, criando assim um ritmo periódico modular.

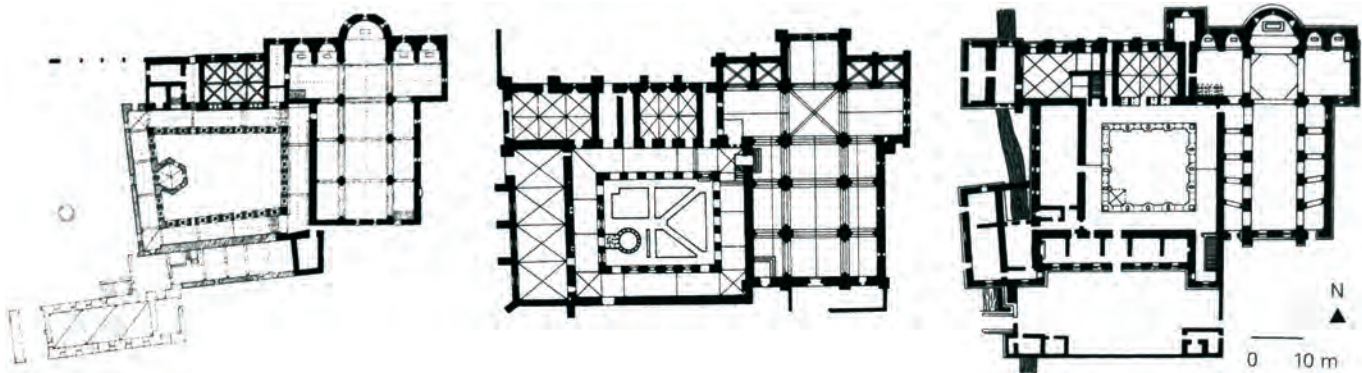


Fig. 2 - Le Thoret, á esquerda, Silvacane, no centro e, Sénanque, á direita. É de notar a semelhança conceptual das plantas e a diferença entre o remate das capelas serem direitas ou poligonais.

No segundo tipo de planta, a nave central é rematada por uma capela absidal, com charola e capelas radiantes, como se pode observar em Claraval III, Poblet e Veruela, em Espanha e, Alcobaça, em Portugal. Estas igrejas possuíam abóbadas de arestas, embora o arco toral tivesse uma expressão muito mais acentuada do que as restantes, provocando um sentimento de maior instabilidade do que as abóbadas de canhão.

Raramente a nave central possui janelas de clerestório e quando existem são tão pequenas que se assemelham a frestas.

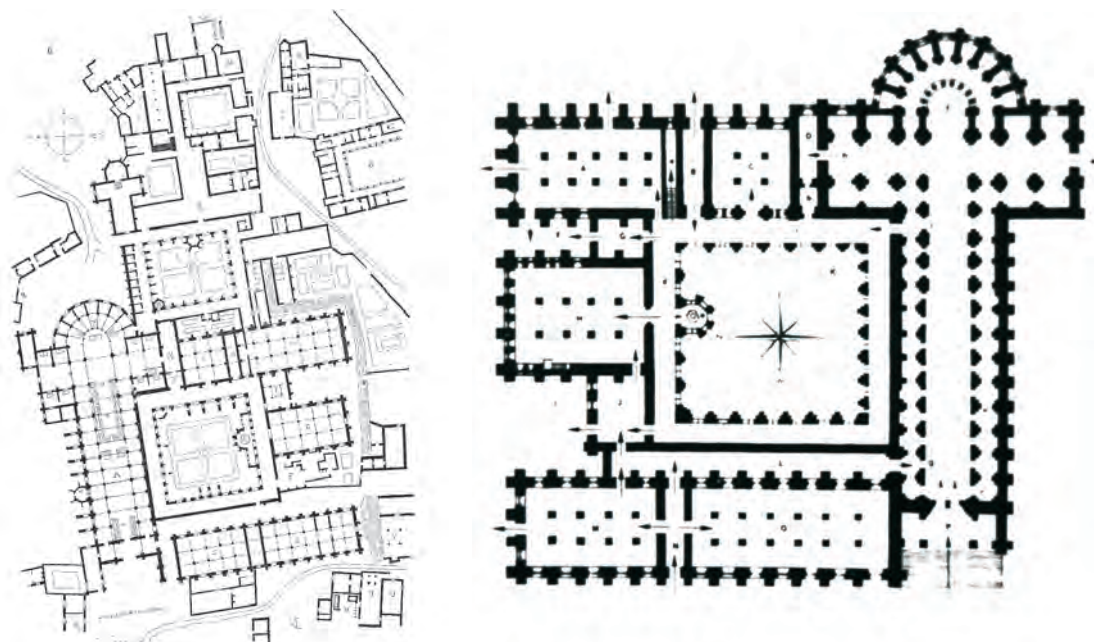


Fig. 3 - Comparação das Plantas de Claraval III, á esquerda, e Alcobaça, á direita tal como ela foi concebida segundo o plano original. É de notar a separação dos conversos na zona poente do claustro e a deficiente inserção das capelas radiais na parede do transepto. Alcobaça surge como um espelho de Claraval III.

- A análise dos elementos construtivos e decorativos:

Vimos que a opção do misticismo retirou quase por completo a decoração, os grandes vãos e

os elementos que poderiam adjectivar formas arquitectónicas na sua globalidade.

Contudo mantiveram os arcos quebrados nas arcadas da nave central e, nas abóbadas onde, para além do já referido ritmo periódico, manifestam apenas uma técnica construtiva.

Os colunelos centrais dos pilares que suportam os arcos torais são alteados por misulas, o que impede uma leitura de verticalidade que no gótico é substancial.



Fig. 4 - Alçado poente, Silvacane, acabada em 1230. Note-se a sobriedade do alçado que revela o volume das naves interiores e com excepção dos três vãos em sobre a porta em tudo lembra o gótico cistercense e mendicante em Portugal.

Esta opção de contrariar a acentuação vertical do espaço é ainda materializada na largura das arcadas da nave central, bem como na esbelteza dos pilares, o que permite ter uma visão simultânea de todo o espaço interior.

Finalmente a fachada exterior do templo, também de inspiração paleocristã, é composta por três partes: uma central mais elevada com um óculo sobre a porta singela e, duas laterais mais baixas, com uma fresta central cada uma.

É um alçado que se manifesta como um plano continente que revela o espaço interior como se o seccionasse verticalmente num dos seus módulos. Este tipo de alçado será também adoptado pelas igrejas mendicantes do Sul da Europa.

3.2. A origem do Sul da Europa.

3.2.1. O gótico mendicante.

Tal como o seu nome indica, as ordens mendicantes viviam de esmolas. Estes monges não provinham da nobreza, nem eram eruditos.

Tinham origens na classe burguesa, eram pobres e, pregavam livremente o Evangelho, levando ao povo uma visão diferente de Deus.

Este já não era um ser distante e inacessível, que do alto julgava o penitente e a sua conduta. Era um Deus acessível, que tinha encarnado e, que se manifestava em toda a criação, da qual fazemos parte integrante.

Por isso, no início, a sua pregação não foi aceite nos paços episcopais mas entre o povo nos arredores das cidades.

Começavam por pregar ao ar livre e, depois, em construções precárias, cedidas provisoriamente para as celebrações litúrgicas.

É justamente, para que a pregação e a liturgia pudessem ser seguidas por todos e, em que todos pudessem tomar parte, vendo o desenrolar dos ofícios divinos, que a grande característica da arquitectura mendicante se manifesta: um espaço amplo, coberto, que abriga os fiéis de modo a que todos se sintam parte da mesma assembleia homogénea, afim de receberem a palavra divina e, poderem participar no culto cristão.

Como estas ordens não eram eruditas, adoptaram para os seus edifícios o modelo de construção cuja memória era mais presente: a Basílica Romana e, assim, as suas igrejas puderam impor-se em Itália e no resto do Sul da Europa, sem grandes clivagens.

3.2.2. Características da arquitectura mendicante.

As características da arquitectura mendicante, são na sua quase totalidade, as características da arquitectura paleocristã de origem basilical, sem contudo seguirem os mesmos elementos decorativos:

- A planta é constituída por três naves que rematam em capelas de cabeceira;
- A nave central é mais elevada do que as laterais;
- A cobertura é de madeira, suportada pela arcada da nave central, em cuja parede se abrem pequenos vãos de clerestório;
- A abside principal não tem coro e, a sua abóbada é mais baixa do que a cobertura da nave central;
- As capelas de cabeceira podem ser quadradas ou poligonais mas dispõe-se sempre ao longo de um transepto;
- Interiormente o espaço é amplo e, apreende-se globalmente de uma só vez, o que contraria o sentimento do gótico onde se descobrem sucessivamente mais espaços para além do espaço da nave central que hierarquiza todo o edifício;
- O vão da arcada central é muito amplo, o que adicionado á esbelteza dos pilares permite uma visão global de todo o espaço;
- Este é profusamente iluminado porém, sem unidade espacial, por falta do deambulatório, contudo, possui uma hierarquia entre a capela-mor e a restante área do templo, por isso a sua abóbada é de pedra, mais baixa do que a cobertura da nave central e, separada desta por um arco toral;
- A ausência de uma decoração de dominante vertical acentua a opção de retirar ao edifício o sentido de elevação de forças verticais e, da respectiva influência psicológica que elas produzem;
- Exteriormente a fachada organiza-se segundo as características já enunciadas das fachadas dos mosteiros cistercienses, com um corpo central mais elevado onde se abre o portal principal encimado por um óculo e, dois corpos laterais mais baixos tendo cada um, uma fresta, no seu respectivo eixo.
- Nestes alçados, o uso de gabaletes ou outros elementos escultóricos são meras decorações sem o propósito de desmaterializar a pedra como acontece no Norte da Europa;
- Porque estes edifícios não são o mimetismo das grandes catedrais comunais, não possuem torres laterais, nem grupos escultóricos nos portais. Apenas usam como decoração uma representação idealizada da flora, nos capitéis dos colunelos.

4. TIPOLOGIAS

Quanto á tipologia dos edifícios, observamos também três grandes grupos:

1. As construções religiosas de três tipos: as Sés; os conventos; as igrejas e paróquias e, as capelas dispersas pelo território nacional;
2. A construção das ordens militares;
3. A arquitectura civil, dos castelos e dos paços.

Porém, dada a vastidão da matéria tratada, no limitado espaço deste artigo, abordaremos apenas no âmbito da arquitectura religiosa, as influências cistercenses e mendicantes nas grandes construções régias, nos edifícios conventuais e, nas grandes igrejas paroquiais.

II. Arquitectura gótica em Portugal

1. INTRODUÇÃO

A arquitectura gótica em Portugal afirma-se a partir da segunda metade do séc. XIII como resultado da influência erudita do gótico cistercense nas obras diocesanas e, da influência mendicante nas construções conventuais e paroquiais.

São tipos diferentes de construção que embora de origem diversa, possuem, entre si, uma coerência estilística, que se afirma como sendo o carácter do gótico português.

A sua imagem global é sóbria e, a decoração resume-se, quase na sua totalidade, á representação de elementos florais nos capitéis dos colunelos.

Porém, antes de nos referirmos particularmente a cada caso, convém fazer uma análise tipológica da arquitectura neste período.

2. TIPOLOGIA

A grande opção tipológica de construção dos edifícios religiosos é a planta basilical de cariz paleocristã, com três naves que terminam em três capelas de cabeceira, com a cobertura em madeira e, o grande arco que separa o transepto da nave central.

Existem dois tipos de configurações nas igrejas góticas em Portugal: a planta com três naves e, a planta com uma nave única. Em ambas, a capela-mor remata sempre a nave central.

Alcobaça é a única excepção a esta regra pois a sua capela-mor possui uma abside circundada por um deambulatório com capelas radiais.

As igrejas com três naves em Portugal correspondem ás Sés, ás igrejas mendicantes e, ás igrejas paroquiais.

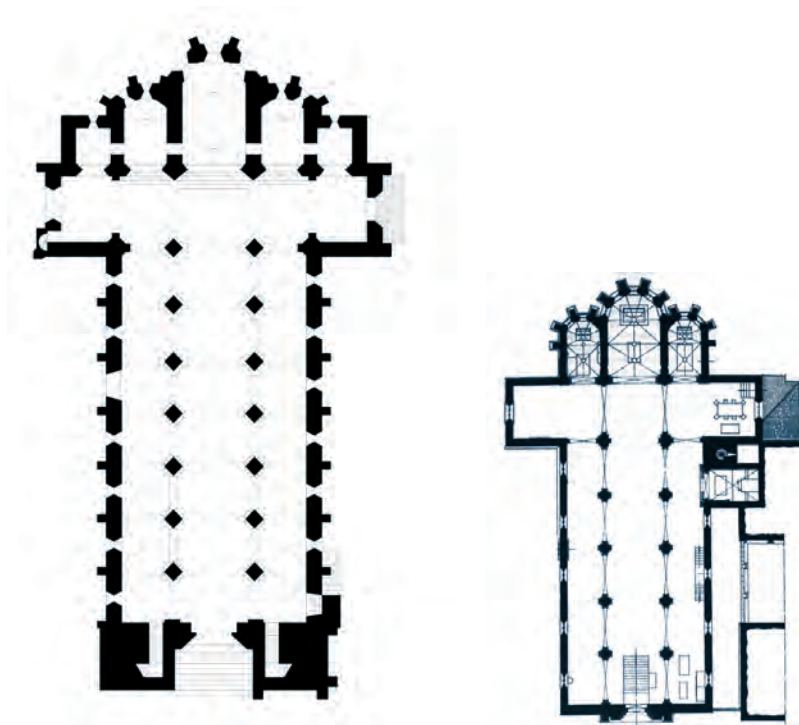


Fig. 5 - Comparação de duas plantas igrejas tipo: á esquerda, planta da Sé de Évora, segundo o plano original, com a sua porta recuada, ladeada por torres, com transepto saliente com cinco capelas de cabeceira, á direita, planta de Santa Maria do Olival

2.1. Sés.

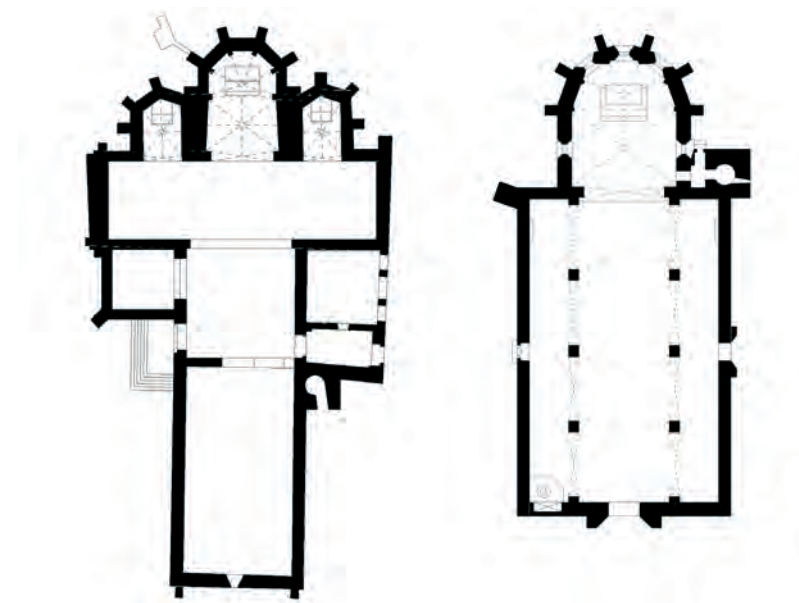


Fig. 6 - O Convento de Santa Clara de Vila do Conde á esquerda, onde se nota o coro das monjas separadas do resto da nave e a porta sobre o alçado sul e a igreja da matriz da Lorinhã,, á direita com uma única capela de cabeceira.

As Sés ou catedrais que são sedes de diocese. Pertencem à hierarquia da Igreja e têm uma função complementar de administração do território.

Estas Sés começadas no período de reconquista são em estilo românico e, acabadas no período seguinte, já no estilo gótico, de cujo exemplo podemos enumerar a Sé do Porto, a Sé de Coimbra e, a Sé de Lisboa, com os seus claustros de influência cistercense.

As Sés de Évora e Silves, por serem já de um período posterior, afirmam-se inteiramente como edifícios góticos.

2.2. Igrejas mendicantes.

As igrejas mendicantes atribuídas às ordens de S. Francisco e de S. Domingos possuem três naves com cobertura em madeira, sem abóbadas e, na parede sobre a arcada central, existem janelas de clerestório.

O transepto muitas vezes saliente possui três a cinco capelas de cabeceira com as abóbadas de pedra mais baixas do que a cobertura da nave central.

Entre outras, são exemplo destas características:

- Os conventos de S. Francisco em Santarém; S. Francisco no Porto; S. Francisco de Estremoz; Santa Clara de Santarém; S. Domingos de Évora; a Igreja da Graça em Santarém; entre outras.

De todas as igrejas góticas, apenas cinco foram cobertas com abóbadas de pedra, são elas:

- Alcobaça; Santa Clara-a-Velha; a Sé de Évora; a Sé da Guarda; e a Igreja da Batalha⁴.

Para além destas igrejas de três naves, mais de duas centenas possuem apenas uma nave rematada por uma capela de contorno poligonal, em que a profundidade é o dobro da largura e, a sua abóbada, sempre em pedra, é mais baixa do que a cobertura da nave central, da qual está separada por um arco.

Exteriormente os alçados são de dois tipos distintos: as igrejas que possuem torres e aquelas que não as possuem.

As igrejas que possuem torres são geralmente as Sés e as igrejas das ordens militares, como é o caso da Sé de Évora; da Igreja Matriz de Viana do Castelo; da Sé da Guarda; da Igreja da Colegiada de Barcelos; da Igreja Matriz de Ponte de Lima e; do Monsteiro de Leça do Balio; entre outros.

2.3. Igrejas paroquiais.

As restantes igrejas de influência mendicante não possuem torres e o seu alçado é sóbrio, destacando-se nele uma porta com colunas e nervuras ogivais sobre ela.

No seu eixo situa-se uma roda ou rosoni, como era designado em Itália⁵. Os exemplos mais característicos destes rosoni são Nossa Senhora do Olival, em Tomar e, a Igreja da Graça, em Santarém.

Porém, algumas vezes, estes são substituídos por janelões como é o caso da Sé de Évora, da Batalha e, de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães.

⁴ A Igreja de S. Francisco de Évora, embora com a maior abóbada de canhão da Península Ibérica, começada em 1480 e, terminada em 1510, pertence já à última fase do gótico e sofreu tantas alterações que dificilmente pode ser considerado um edifício gótico, por isso, apenas a ele nos referimos de uma forma complementar.

⁵ Primitivamente, nas construções românicas e asturianas, surgiu por cima da porta um pequeno óculo. Com a evolução, o seu tamanho foi aumentando e passou a designar-se por roda. Esta ampliou o seu tamanho e introduziu na sua composição uma grelha radial. Em Itália designavam-se estes vãos por "rosóni". Só mais tarde, em pleno séc. XIII surgiram as rosáceas com todas as suas características e a sua designação derivou do culto à Virgem Maria, cujo símbolo era a rosa.

Muitas vezes, a enquadrar os arcos ogivais da porta principal aparecia um singelo gabaete que aumentava a espessura da parede onde se inseriam os colunelos de entrada.

Só existem três exceções em que a porta de entrada possui estátuas colunas em vez de colunelos e esculturas nas nervuras, são elas: Santa Maria da Vitória; da Sé de Évora e; da Igreja Matriz de Viana do Castelo.

3. MANIFESTAÇÃO DAS INFLUÊNCIAS EXTERNAS NO GÓTICO EM PORTUGAL

3.1. A influência de Cister.

Esta influência exerceu-se sobretudo na arquitectura erudita em três aspectos diferentes:

3.1.1. Os claustros.

Nos claustros da Sé do Porto, da Sé de Coimbra, que reproduzem com grande afinidade o claustro de Frontfroide, com um tímpano suportado por arcadas onde se abre um óculo.

Este tímpano é rematado por um arco formeiro.



Fig. 9 - Claustro da Sé de Coimbra, também de nítida influência cistercense.



Fig. 7 - Claustro da Sé do Porto, onde se notam as características da arquitectura cistercense.



Fig. 8 - Claustro cistercense de Frontfroide, onde se vêem as nítidas influências com os claustros portugueses da Sé do Porto e de Coimbra. Na Sé de Évora apenas se suprimiu o tímpano e as colunas.

3.1.2. As abóbadas.

Nas abóbadas de canhão que são superfícies cilíndricas que se interceptam sobre um eixolongitudinal da nave e apenas diferem das abóbadas românicas pela sua característica construtiva de ser uma abóbada quebrada e não de berço.

Contudo a sua leitura mantém o sentimentos românico de solidez. Estas abóbadas surgem nas Sé de Évora; de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra⁶; ou na Igreja de S. Francisco, de Évora.



Fig. 10 - Vista interior da nave de Santa Clara a Velha, onde se nota a abóbada de canhão de influência cistercense.

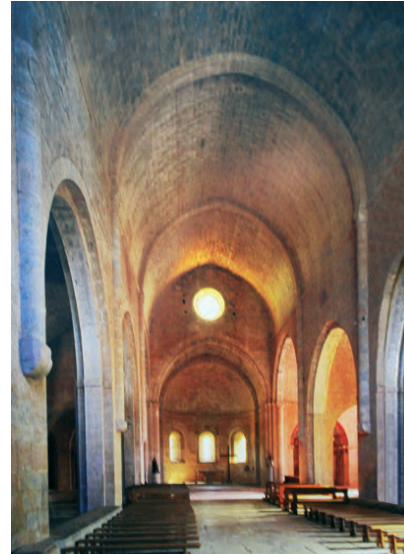


Fig. 11 - Le Thoroet, interior da igreja, com uma abóbada de canhão ritmada por arcos torais. Repare-se que a abóbada da capela-mor é mais baixa do que a capela central uma característica que aparecera em todo o gótico português. Os colunelos dos pilares assentam em misulas alteadas em relação ao pavimento, anulando assim a verticalidade dos colunelos.

3.1.3. Ritmos periodicos.

Na divisão da abóbada da nave central, pelos arcos torais, que se prolongam pelos colunelos centrais dos pilares e que são interrompidos por misulas, impedindo-os assim de manifestar em toda a sua altura. Estes colunelos juntamente com os arcos torais criam um ritmo periódico que manifestam a concepção modular da arquitectura gótica.

3.1.4. Os casos autónomos da Sé de Évora e de Silves.

Já foi referido que as Sés pertencem á hierarquia da Igreja e, ao contrário dos conventos mendicantes, são edifícios urbanos e, por conseguinte, com sentido comunitário.

⁶ Mandada construir em 1316 pela Rainha Santa Isabel com autorização do Papa Clemente V.

As suas fachadas ostentam torres, de mimetismo românico, entre as quais se situa a porta principal, recuada e, sobre a qual surge uma rosácea.

A edificação destas Sés é demorada e a sua construção continuou-se pela época gótica, como o revelam os já mencionados claustros⁷, bem como a abside da Sé de Lisboa. Esta foi mandada edificar por D. Afonso IV e, em 1357, já deveria estar concluída pois aí foi colocado o seu túmulo porém, o terramoto de 1755 destruiu-a.

Contudo, como fenómeno autónomo, surgem as Sés de Évora e; Silves. As Sés de Viseu e de Guarda, devido à dilatação no tempo da sua construção e, das inúmeras influências sofridas, não se apresentam hoje como um exemplo puro da arquitectura erudita do período gótico⁸. Na Sé de Évora, a planta é de origem basilical, com três naves e, cinco capelas de cabeceira.

A fachada, em tudo semelhante às restantes Sés, apresenta duas torres, que ladeiam o corpo central, onde se abre uma porta recuada em relação ao plano marginal e, como excepção, sobre ela surge um janelão em vez de uma rosácea, á semelhança do Mosteiro da Batalha e da Igreja do olival em Guimarães.

Interiormente, a sua abóbada de canhão revela uma influência directa da arquitectura cistercense, que também se manifesta no claustro, embora este não tenha o tímpano suportado por colunas nem definido pelo arco formeiro.

A Sé de Silves, também originariamente gótica sofreu destruições sucessivas, e por isso a sua reconstrução nem sempre teve em consideração as opções dos mestres canteiros anteriores, o que explica que hoje, esta Sé não apresente uma linguagem arquitectónica, tão coerente como seria previsível.

Contudo, apesar das três naves serem de carácter mendicante, o transpeto e a capela são de influências cistercenses. É de referir que a sua fachada não apresenta torres, como as outras Sés, sendo antes um mimetismo, das fachadas das igrejas paroquiais, com o seu pórtico avançado em relação á fachada e, um óculo singelo a rematá-lo.

3.2. A influência mendicante.

As ordens mendicantes chegam a Portugal por volta de 1220 no reinado de D. Sancho II, mas a sua grande afirmação deu-se no reinado de D. Dinis, durante o período do povoamento do território, em que tiveram um desempenho de grande importância.

As suas construções, a princípio modestas, tornaram-se mais amplas consoante os donativos e o número de monges.

Aparece assim a arquitectura mendicante já referida, que se manifesta nos conventos Franciscanos do Porto, Santarém, Estremoz e, nos conventos Dominicanos de Elvas, Vila Real e, Batalha, bem como nos conventos femininos de Santa Clara, em Santarém, Santa Clara de Vila do Conde e, Santa Clara-a-Velha de Coimbra.

⁷ Para além dos já referidos, é de salientar: o claustro da Sé de Lisboa, de influência cistercense mas com uma planta irregular para se adaptar á topografia do terreno e á situação cadastral da sua envolvente e, os claustros do cemitério e da lavagem, em Tomar, executados durante a vigência do Infante D. Henrique, no séc. XIV.

⁸ A Sé de Viseu só foi abobadada no reinado de D. Manuel, o que explica a nervura em forma de corda. A Sé da Guarda também só foi acabada no reinado de D. Manuel, quando D. Pedro Vaz Gavião, capelão-mor do Rei, foi nomeado Bispo de Guarda.

Estes conventos femininos apresentam porém uma característica digna de nota. São edifícios construídos por donativos régios ou da Alta Nobreza⁹, eram destinadas a donzelas nobres, pobres ou, que não puderam casar e, porque a vida no seu interior era de clausura, a nave central era dividida em duas partes.

A parte inferior ou a poente, era destinada às freiras e, a parte frontal e os braços do transepto eram destinados aos seus familiares.

Por isso estes conventos não possuem uma entrada principal a poente, mas esta está deslocada para o alçado Sul, afim de aceder á parte pública da nave destinada.

Falta ainda referir outra particularidade da arquitectura nestes conventos mendicantes: a existência, em alguns deles, do coro alto.

Este tipo de construção de origem asturiana, embora muito vulgarizada nos séculos seguintes, foi inédito em Portugal aquando da construção no convento de S. Francisco de Santarém.

Embora este convento tenha sido fundado por D. Sancho II, em 1242, foi D. Fernando que, sob a orientação do Mestre Afonso Domingues¹⁰, o mandou erigir, para aí depositar o seu túmulo¹¹, que primitivamente ocupava quatro tramos da nave central, mas porque a sua dimensão era excessiva, foi em 1588 reduzida para dois tramos.

3.3. As igrejas paroquiais e as capelas.

Vimos que a arquitectura das grandes catedrais e dos mosteiros das ordens mendicantes sofreram influência estrangeira, quer na gramática do estilo, quer nos princípios das próprias ordens monásticas de onde provinham.

Porém, onde a cultura, no seu estado mais puro se revela, é nas pequenas capelas, livres de qualquer regra que condicionasse a sua construção.

Na sua maior parte possuem apenas uma nave com uma só capela, a sua origem remonta á época visigótica e, o seu carácter permanece românico. Porém, as igrejas paroquiais sofrem com mais intensidade a influência mendicante.

Quer uma, quer outras, são sempre patrocinadas por um nobre donatário da terra onde são construídas quase sempre com o fim de lhes servir de panteão da família.

Porque os rendimentos privados são mais escassos que os públicos, estas igrejas de dimensão reduzida, aproveitavam quase sempre uma pré-existência árabe.

⁹ Santa Clara-a-Velha foi construída pela Rainha Santa Isabel, em 1316. Santa Clara de Vila do Conde, foi construída em 1318 por D. Afonso Sanches (filho ilegítimo de D. Dinis). Santa Clara de Santarém foi construída por D. Afonso III por bula do Papa Alexandre IV, de 20 de Fevereiro de 1254.

¹⁰ Esta autoria atribuída a Afonso Domingues é sugerida na História de Arte em Portugal, de Carlos Alberto Ferreira de Almeida e de, Mário Jorge Barroca.

¹¹ Era tradição em Portugal, os Reis escolherem para sua sepultura os começos das naves das suas igrejas ou mosteiros pois, por uma questão de humildade não se achavam dignos de ocuparem um lugar perto do altar-mor onde o chão era mais sagrado.

Assim, D. Afonso Henriques, foi sepultado junto á entrada de Santa Cruz de Coimbra e, só mais tarde, no reinado de D. Manuel, foi trasladado para a capela-mor.

Primitivamente o Mosteiro de Alcobaça tinha uma galilé onde estavam sepultados D. Afonso II e D. Sancho II e, o Rei D. João I construiu nessa mesma posição, mas exterior ao espaço da igreja, uma capela para panteão da Dinastia de Avis.

Arquitectonicamente mantêm uma linguagem mendicante e um espírito do românico. A sua planta pode possuir três naves como S. Pedro de Arganil, Atouguia da Baleia, S. Salvador de Travanca, a Matriz da Lourinhã ou, a Igreja da Graça em Santarém, entre outras, ou uma só nave como Sto. André de Mafra.

Porém as características do estilo gótico que manifestam são as seguintes:

- Planta basilical nas igrejas de três naves;
- A capela-mor destaca-se do volume inteiro da nave por um arco, que lhe estabelece uma fronteira;
- Como este espaço se apresenta como um relicário, a sua arquitectura é erudita, possui abóbada de pedra e, o espaço destinado ao “coro” é um rectângulo $\sqrt{2}$;
- De uma maneira geral os alçados têm as características dos alçados mendicantes, contudo é necessário notar a maneira como o portal se insere na fachada poente, uma vez que este é ladeado por colunelos e arcos ogivais, necessitando de um elemento mais espesso do que a parede, que o contenha.

Até ao séc. XIV este elemento é rectangular, como o da Igreja de Atouguia da Baleia, S. André de Mafra ou, S. Salvador de Travanca e, a partir de meados do séc. XIV passa a assumir a forma de um gabaete, como é o caso de Santa Maria do Olival, de Tomar.

Porém, as características mais dominantes são a ausência de qualquer decoração e, o óculo por cima da porta, que é sempre de dimensões reduzidas.

Mesmo as excepções de Nossa Senhor do Olival e de Nossa Senhora da Graça de Santarém, não são suficientes para alterar esta característica.

Todas estas igrejas de carácter privado são sempre modestas e, integram-se na corrente arquitectónica da época, através da capela-mor, da arcada ogival da nave central e, da maneira como a entrada principal se insere no alçado poente.

CONCLUSÃO

Vimos que para entender o fenómeno do gótico em Portugal, foi necessário definir: os períodos de tempo em que decorreu, bem como as características arquitectónicas de cada um desses períodos.

As influências externas que a gramática estilística arquitectónica sofreu e, por fim, a tipologia dos edifícios desta época.

Assim, no primeiro período, o da reconquista, correspondem á construção das Sés em estilo ainda românico e alguns conventos mendicantes.

No segundo período, o do povoamento, consolidou-se a arquitectura mendicante e construiu-se a Sé de Évora e a Sé de Silves.

No terceiro período da expansão atingiu-se o apogeu do gótico com a construção paradigmática de Nossa Senhora da Vitória que, para além da Igreja de Nossa Senhora da Graça de Santarém, não se divulgou entre nós;

- Como influências externas a arquitectura gótica em Portugal sofreu por via erudita as influências do centro da Europa através da Ordem de Cister e, por via mais popular, a influência do Sul da Europa através das ordens mendicantes.

O gótico cistercense influenciou principalmente as Sés.

O gótico mendicante influenciou principalmente os conventos e, igrejas paroquiais;

- As tipologias principais dos edifícios góticos são as Sés episcopais, os conventos mendicantes, as igrejas paroquiais, as igrejas das ordens de cavalaria e, a arquitectura civil dos castelos e paços.

Porém, neste artigo procuramos ter uma panorâmica abrangente da arquitectura religiosa, não referindo por falta de espaço as duas obras paradigmáticas do gótico em Portugal: Alcobaça e Batalha. Cada um destes edifícios merece por si mesmo um outro artigo.

Numa visão global, o gótico em Portugal é sóbrio, estável e, coerente na sua tipologia paleocristã e, revela um carácter de abrigo com uma funcionalidade mais direccionada ao ofício da liturgia do que impressionar, pela grandeza e complexidade ornamental, os sentidos como condição de ilustrar o drama existencial humano.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. 1986. História da Arte em Portugal: O Românico. Lisboa: Publicações Alfa.
- ALVAREZ, Manuel Lucas. 1967. La Catedral de Santiago de Compostela. Confederacion Española de la Cajas de Ahorros. ISBN 84-7231-394-8.
- AUBERT, Marcel. 1943. L'architecture cistercienne en France. Paris: Éditions d'art et d'histoire.
- AUBERT, Marcel; HOFSTÄTTER, Hans H., co-aut.; SCHMOLL, J. A. Gen. Eisenwerth, co-aut. 1964. Le gothique à son apogée. Col. L'Art dans le Monde. Paris: Albin Michel.
- BARROCA, Mário Jorge, ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira. História da arte em Portugal: O Gótico. Editorial Presença. ISBN 972-23-2841-7.
- BAYER, Raymond. História da estética. Editorial Estampa. ISBN 972-33-0910-6.
- BECKFORD, William. 1956. Excursion a Alcobaça et Batalha. Paris: Société d'Éditions «Les Belles Lettres».
- BEIRANTE, Maria Ângela da Rocha. 1980. Santarém medieval. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- BORNGÄSSER, Barbara. Os castelos dos Cátaros e a heresia do Sul de França . Könemann. ISBN 3-8290-5993-0.
- BRITO, Frei Bernardo, BRANDÃO, Frei António. 1940. Historiografia Alcobacense. Vila Nova de Famalicão: Grandes Oficinas Gráficas «Minerva» de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão.
- BROCCHIERI, Fumagalli Beonio. 2003. A Estética da Idade Média. Editorial Estampa. ISBN 972-33-1822-9.
- CHÂTELET, François. 1995. História da filosofia. Tradução de Afonso Casais Ribeiro, Linda Xavier e Manuel L. Agostinho. Lisboa: Publicações D. Quixote. ISBN 972-20-1259-2.
- CHICÓ, Mário T. 1968. A arquitectura gótica em Portugal. Lisboa: Livros Horizonte.
- CHICÓ, Mário T. 1946. A Catedral de Évora na Idade-Média. Évora: Nazareth.
- COCHERIL, Dom Maur. 1978. Routier des abbayes cisterciennes du Portugal. Paris.
- COCHERIL, Dom Maur. 1989. Alcobaça, Abadia cisterciense em Portugal. Lisboa.
- CONDEIXA, Visconde de. 1892. O mosteiro da Batalha em Portugal. Paris: Firmin-Didot & Co.
- COSSE, Jean. 2001. Initiation á l'art des cathédrales. 2ª éd. Orléans: Éditions Zodiaque. ISBN 2-7369-0274-2.
- DARCHEVILLE, Patrick. 1998. La Flore des cathédrales: le symbolisme floral dans l'architecture religieuse. Paris: Derry Livres. ISBN 2-85076-973-8.
- DIAS, Pedro. 1994. A arquitectura gótica portuguesa. Lisboa: Editorial Estampa. ISBN 972-33-0984-X.
- DIAS, Pedro. 1982. Domingos Domingues, Arquitecto régio séc. XIV. Mundo da Arte, nº5. Coimbra.

- DUBY, George. 1997. São Bernardo e a arte cisterciense. Lisboa: Edições Asa. ISBN 972-41-1813-4.
- ESPANCA, Túlio. 1966. Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora. Vol. VII. 1º e 2º tomo. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- GOFF, Jacques Le. O Imaginário Medieval. Lisboa: Editorial Estampa. ISBN 972-33-0995-5.
- GOMES, Saul António. Fontes Históricas e Artistas do Mosteiro e Vila da Batalha. IPPAR. ISBN 972-8376-17-7.
- GOMES, Saul António. 1990. O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no séc. XV. Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Coimbra.
- GONÇALVES, António Nogueira. 1947. Inventário Artístico de Portugal – Cidade de Coimbra. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- GONÇALVES, António Nogueira. 1947. Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Aveiro. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- GUERREIRO, Chantre Alcantâra. 1968. A Catedral de Évora. Arte e História. Évora: Gráfica Eborense.
- GUIMARÃES, Alfredo. 1928. O Claustro de S. Domingos. Ilustração Moderna, n.º 2, Porto.
- LACERDA, Aarão de. 1942. História da Arte em Portugal. Vol I. Porto: Portucalense editora.
- LOPES, Iorze. 1556. Direitos, bens e propriedades da Ordem e Mestrado de Avis nas suas três vilas de Avis, Benavila e Benavente e seus termos. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.
- MARQUES, José. 1983. Braga Medieval. Braga.
- MARTIN, Henry. [1930?]. L'art Gothique. Paris: Librairie d'art R. Ducher.
- MURPHY, James. 1792. Views of the Church of Batalha. London: Printed for I&J Taylor.
- NETO, Maria João Baptista. James Murphy e o Retorno do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no séc. XIX. Lisboa: Editorial Estampa. ISBN 972-33-1331-6.
- PILLEMENT, Georges. 1953. Les cathédrales d'Espagne. Paris: Éditions Bellenand.
- PRADALIÉ, Gérard. 1992. O convento de S. Francisco de Santarém. Santarém.
- PRICE, B. B. 1996. Introdução ao pensamento medieval. Porto: Edições ASA. ISBN 972-41-1783-9.
- QUADROS, António. Os Templários: O Espírito Santo e a Idade de Ouro. Intr. de Paulo Alexandre Loução. Lisboa: Esquilo. ISBN 972-8605-57-9.
- RODRIGUES, José, PEREIRA, Paulo. 1986. Santa Maria da Flor da Rosa, um estudo da historia da arte. Crato: Câmara Municipal.
- RUCQUOI, Adeline. 1993. Histoire medieval de la Péninsule Ibérique. Col. Points Histoire. Éditions Seuil. ISBN 2-02-012935-3.
- SÁ, Maria Ealo de. 2001. El Románico en los monumentos históricos de Cantábria y Portugal. [S.l.]: Ediciones Tantin. ISBN 84-95054-59-0.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos. 1949. Inventário Artístico de Portuga – Distrito de Santarém. Vol. III. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos. 1955. Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Leiria. Vol. V. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- SILVA, José Custódio Vieira da. 1989. O Tardo-gótico em Portugal. A arquitectura no Alentejo. Lisboa: Livros Horizonte.
- SIMSON, Otto Von. 1991. A catedral gótica, origens da arquitectura gótica e conceito medieval de ordem. Lisboa: Editorial Presença. ISBN 972-23-1304-5.
- SOUSA, Frei Luís de. 1866. História de S. Domingos Particular do Reino e Conquistas de Portugal. Lisboa.
- TEIXEIRA, Francisco. 1992. O mosteiro de Sta. Maria de Almoester. Santarém.
- VASCONCELOS, António de. 1930. A Sé velha de Coimbra. Coimbra
- VIEUX, Maurice. 1975. Les secrets des bâtisseurs. Paris: Jean-Michel Garnier. ISBN 2-908474-07-X
- VITERBO, Sousa. 1922. Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Vol. I, II e III. Lisboa: Imprensa Nacional.
- KRÜGER, Kristina. Ordenes Religiosas y Monasterios. Ullmann. ISBN 978-3-8331-407.

Luís Manuel Lourenço Serro
luisserro@gmail.com

Nascido em Lisboa a 19 de Outubro de 1953, licenciou-se em Arquitectura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, em 1979.

Esteve então integrado na equipa de projectos da Profabril de 1979 a 1983, tendo estado ao serviço desta mesma firma, um ano em Angola.

Ingressa como docente da Universidade Lusíada em 1989, onde leccionou as disciplinas de Desenho, Geometria e, Geometria Projectiva tendo no ano de 1998 concluído o curso de Mestrado em Arquitectura, nesta mesma Universidade.

Paralelamente, em actividade liberal, tem uma vasta obra construída, sobretudo no campo da acção social, tendo também desenvolvido diversos projectos do âmbito urbanístico, turístico e residencial.

Em 2009 conclui o curso de doutoramento em Teoria da Arquitectura, pela Universidade Lusíada, sobre o título “Para um entendimento do gótico meridional”.